

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;*
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:*
  - i. os riscos para os quais se busca proteção;*
  - ii. os instrumentos utilizados para proteção;*
  - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;*
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.*

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, pois não possui expectativas relevantes quanto à eventual possibilidade de redução ou aumento quanto à exposição aos riscos mencionados no item 4.1. Contudo, por ser bastante conservadora com os riscos não inerentes ao seu negócio principal adota Políticas de controle de riscos direcionados ao mercado as quais encontram-se listadas no item 5.2 próximo.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

*a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em casonegativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;*

*b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*

*i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;*

*ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);*

*iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);*

*iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;*

*v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;*

*vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado;*

*c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.*

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos de mercado, contudo é bastante conservadora com riscos não inerentes ao seu negócio principal. Está exposta a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros, câmbio e risco de preço de commodities (algodão). Entre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos:

- Política de Exposição Cambial, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22/03/2013 e alterada pelo Conselho em 21/03/2016 e 24/04/2017, que trata do risco a exposição cambial ao qual a Companhia está submetida, definindo alçadas para captação de recursos externos e amortização de dívidas, limites de variação cambial a ser submetida ao resultado da Companhia e gatilhos para contratação de instrumentos financeiros de *hedge*;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- Política de Tesouraria, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16/10/2014, que visa gerenciamento de riscos de moeda, taxa de juros e indexadores, cria alçadas da Diretoria executiva para realização de aplicações e captações;

- Política de Compra de Algodão, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/08/2015, que visa evitar falta de abastecimento e/ou estoques excessivos; mitigar possíveis riscos de baixa qualidade em parte da safra, e por consequência evitar possíveis quedas de qualidade do produto CIC; e, não bancar altos estoques e evitar compras na entressafra, período esse que historicamente os preços são mais altos;

- Matriz de Risco, visa apontar quais são os riscos que a Companhia esta exposta e que sejam: i) de alta probabilidade e alto impacto financeiro; ii) de alta probabilidade e médio impacto financeiro; iii) média probabilidade e alto impacto financeiro; iv) média probabilidade e médio impacto financeiro; v) baixa probabilidade e alto impacto financeiro; vi) baixa probabilidade e médio impacto financeiro. Estas matrizes são acompanhadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Companhia;

- Alçadas de competência, aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2016, através da reforma e consolidação do novo Estatuto Social;

- Política de Segurança da Informação, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 06/11/2015, que visa estabelecer normas, métodos e procedimentos de segurança da informação aplicado aos recursos tecnológicos;

- Política de Crédito de Clientes Mercado Interno, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 05/04/2014, que visa estabelecer alçadas para definição de limite de crédito aos clientes do mercado interno.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos**

**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;**

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas;**

Conselho de Administração, Diretoria Executivas e Gerências de área.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;**

A Diretoria Executiva apresenta bimestralmente ao Conselho de Administração da Companhia a Planilha de Controle do Relatório de Controles Internos emitido pelos auditores independentes da Companhia, indicando o acompanhamento da evolução das medidas adotadas para solução dos apontamentos evidenciados.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

- Item 1 - Ausência de controle na aprovação de concessão de acesso a sistemas aplicativos e rede
- Item 2 - Implementar controle de revisão dos perfis de acesso dos usuários
- Item 3 - Ausência de restrição de acesso aos diretórios e tabela de integração entre os sistemas
- Item 4 - Aprimorar parâmetros de senha de acesso à rede e aos sistemas
- Item 5 - Ausência de segregação das funções de desenvolvimento para os sistemas Comercial e Expedição
- Item 6 - Ausência de controle de monitoramento das ações realizadas diretamente nos bancos de dados
- Item 7 - Ausência de controle de monitoramento das integrações entre sistemas
- Item 8 - Ausência de site de contingência
- Item 9 - Ausência de revisão de limites de crédito de clientes cadastrados no sistema
- Item 10 - Possibilidade de romaneio e faturamento superior ao pedido de vendas
- Item 11 - Inexistência de aprovação dos lançamentos manuais
- Item 12 - Ausência de política formal referente a provisão para crédito de liquidação duvidosa
- Item 13 - Aprimorar os controles auxiliares referentes aos depósitos judiciais
- Item 14 - Negócios descontinuados
- Item 15 - Subcapitalização sobre empréstimos
- Item 16 - Atentar para impactos do IFRS 16 – Leasing
- Item 17 - Atentar para o aging das devoluções de contas a receber

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- Item 18 - Atentar quanto a recuperabilidade dos saldos de ICMS
- Item 19 - Atentar quanto a atualização dos depósitos judiciais
- Item 20 - Ausência de controle gerencial detalhado dos saldos de imobilizado em andamento
- Item 21 - Atentar para a depreciação dos bens mantidos na conta 1.3.04.06.04.01
- Item 22 - Atentar para a presença de itens credores na composição de imobilizado
- Item 23 - Atentar para a classificação de títulos a pagar de longo prazo
- Item 24 - Atentar para contas a pagar vencidas
- Item 25 - Atentar para passivos não registrados
- Item 26 - Aprimorar o controle referente as provisões trabalhistas
- Item 27 - Atentar para a correta contabilização de INSS dos pagamentos de férias
- Item 28 - Ausência de contrato entre CIC e os representantes comerciais no exterior
- Item 29 - Operações sujeitas ao cálculo dos preços de transferência
- Item 30 - Taxa Fiscal x Taxa Societária - Sem ajuste na apuração
- Item 31 - Subcontas Lei 12.973 - Controle posterior a adoção inicial em Parte B
- Item 32 - Pontos de melhoria no procedimento de inventário

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração e acompanhadas bimestralmente pelo Conselho de Administração, e atualmente as medidas corretivas de cada item apontado se encontram da seguinte forma:

Item	Comentário e plano de ação da administração
Item 1 - Ausência de controle na aprovação de concessão de acesso a sistemas aplicativos e rede	Dada a variedade de sistemas atualmente existentes na Cia, cerca de 18, bem como a complexidade de acesso ao Inventário de Acessos em alguns destes sistemas, e ainda considerando que a Cia estuda alternativas de mudança dos seus sistemas de informação, atualmente é inviável a prática periódica de validação dos acessos concedidos.  Foi implementado ferramenta de Help Desk – Supravizio através do qual são solicitados nossos acessos e que ficam devidamente registrados
Item 2 - Implementar controle de revisão dos perfis de acesso dos usuários	Entendemos que a ação do item 1 atenderá a este item.
Item 3 - Ausência de restrição de acesso aos diretórios e tabela de integração entre os sistemas	Foi implementado a segurança das pastas de rede para o Logix, Comercial e Expedição. Para o SGT e Gecex não tivemos o de acordo dos fornecedores. Na possibilidade de troca dos sistemas ficaremos atentos a este item de segurança.
Item 4 - Aprimorar parâmetros de senha de acesso à rede e aos sistemas	Desenvolver o procedimento

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 5 - Ausência de segregação das funções de desenvolvimento para os sistemas Comercial e Expedição	O correto é possuímos a segregação de ambientes e os analistas possuem acessos somente no ambiente de desenvolvimento. No modelo de gestão da CIC, com equipe de TI pequena e necessidade de verificação de problemas de uma forma rápida é mais prático para a TI possuir o acesso aos sistemas no ambiente de produção. A ação que faremos no momento é permitir o acesso somente para os analista de sistemas senior e vamos observar a praticidade desta medida no dia a dia.
Item 6 - Ausência de controle de monitoramento das ações realizadas diretamente nos bancos de dados	Revisar acessos da equipe de desenvolvimento à base oracle, permitindo grantt de DDL e Update somente para os analistas de sistemas SR e sem acesso a conta system. 2 - Retirar grantt de DBA para os usuários de sistemas. 3 - Analisar tipo de acesso da Micromídia com o suporte deles.
Item 7 - Ausência de controle de monitoramento das integrações entre sistemas	A estrutura da TI não suporta a função de analista de produção que monitora as rotinas batch de integração. Deixamos isto por conta dos usuários que identificam problemas e contatam a TI. Sabemos que não é uma boa prática recomendada pois agimos de forma reativa, mas é o que podemos atualmente. Em nossa visão tem atendido à necessidade da empresa e não impactado as suas operações.
Item 8 - Ausência de site de contingência	Projeto em implantação previsto para ativação até 30/11/2018.
Item 9 - Ausência de revisão de limites de crédito de clientes cadastrados no sistema	O desenvolvimento de um workflow de aprovação de concessão de limites de crédito no sistema está aguardando a definição da permanência ou alteração dos sistemas atuais da Cia. Entretanto, ainda que de forma manual, a Cia se certifica constantemente que os limites de crédito cadastrados correspondem aqueles previamente aprovados.
Item 10 - Possibilidade de romaneio e faturamento superior ao pedido de vendas	A Administração entende como prática comum do segmento têxtil eventuais variações, inclusive previstas nos pedidos de venda de seus clientes.
Item 11 - Inexistência de aprovação dos lançamentos manuais	A partir de 01/2018 o responsável pela área contábil ou a coordenação contábil/fiscal, fará a aprovação no relatório efetivação de lotes manuais "CON 10022" e será arquivado eletronicamente.
Item 12 - Ausência de política formal referente a provisão para crédito de liquidação duvidosa	A companhia entende que apesar de não existir uma política de PDD formalizada na empresa, a regra adotada é clara e de conhecimento das partes envolvidas.  Estaremos formalizando (Contábil/Financeiro) o procedimento padrão e submetendo ao Comitê de Finanças e Auditoria da empresa na reunião de 21/05/2018.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 13 - Aprimorar os controles auxiliares referentes aos depósitos judiciais	A Cia contratou serviços de consultoria especializada para obtenção/recuperação de saldos de depósitos judiciais de processos, em sua maioria trabalhistas, já encerrados. Além disso, a Cia solicita periodicamente tais informações para a Caixa Econômica Federal, porém sem resposta. A Cia atualmente analisa medidas extra-judiciais e/ou judiciais cabíveis para obtenção desta informação.
Item 14 - Negócios descontinuados	Providências para a baixa serão tomadas ainda dentro do primeiro semestre 2018.
Item 15 - Subcapitalização sobre empréstimos	A Cia monitora regularmente os valores captados através de instituições localizadas em paraísos fiscais vis a vis o valor correspondente a 30% de seu Patrimônio Líquido.
Item 16 - Atentar para impactos do IFRS 16 – Leasing	Procedimento já formalizado em 2018
Item 17 - Atentar para o aging das devoluções de contas a receber	Este fato ocorre em razão da ausência de integração entre os módulos Contábil e Financeiro, quando da existência de uma devolução de nossos clientes. O processo de conciliação manual foi revisitado e ajustado entre as áreas contábil e financeira, adotando a prática de um controle gerencial mensal. Parte destes valores em atraso já foram tratados e outros possuem suas tratativas em curso. Expectativa: 30/06/2018
Item 18 - Atentar quanto a recuperabilidade dos saldos de ICMS	A Administração promoverá estudo de viabilidade de recuperação de tais créditos e apresentará internamente as possíveis alternativas a serem adotadas.
Item 19 - Atentar quanto a atualização dos depósitos judiciais	Idem item 15 – DEP
Item 20 - Ausência de controle gerencial detalhado dos saldos de imobilizado em andamento	Atualmente a Companhia mantém 13 contas contábeis de imobilizado em formação, já temos controle gerencial de 10 contas e restam 3 para serem ajustadas, que representam 9% do saldo total do imobilizado em formação
Item 21 - Atentar para a depreciação dos bens mantidos na conta 1.3.04.06.04.01	Ponto já regularizado em 03/2018
Item 22 - Atentar para a presença de itens credores na composição de imobilizado	A Companhia não utiliza mais essa sistemática para corrigir valores dos itens. Apesar de na listagem de imobilizado constar itens com valores negativos esta prática não comprometeu a veracidade dos números.
Item 23 - Atentar para a classificação de títulos a pagar de longo prazo	A Administração identificou que tais eventos ocorreram em razão de uma limitação sistêmica. A mesma adotará controle manual específico para os mesmos.
Item 24 - Atentar para contas a pagar vencidas	A Administração já corrigiu os valores vencidos em aberto e identificou que os mesmos, em sua grande maioria, tratavam-se de atrasos indevidos pois não refletiam repactuações



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



	<p>negociadas com seus fornecedores. Além disso, o procedimento foi corrigido na origem. Restam ainda algumas baixas a serem realizadas cuja expectativa é de serem realizadas até a data de 30/06/2018</p> <p>A Administração acompanhará mensalmente os valores vencidos em aberto a partir de então.</p>
Item 25 - Atentar para passivos não registrados	Situação inerente ao processo, visto que a mercadorias faturadas no final do mês e com origem em outras cidades não conseguem atender o nosso prazo de corte do fechamento de entradas.
Item 26 - Aprimorar o controle referente as provisões trabalhistas	A sistemática adotada pela consultoria não contemplava valores para processos em fase de conhecimento (prática normal segundo a consultoria), entretanto a Companhia conservadoramente, optou por valorizar essas situações devido ao histórico das decisões apuradas conforme relatório RL&AC.
Item 27 - Atentar para a correta contabilização de INSS dos pagamentos de férias	Entendemos que a sistemática não compromete o resultado final, porém para efeito de análise entendemos procedente o ponto. Iremos avaliar se no atual sistema operacional da Companhia existe uma possibilidade de regularizar
Item 28 - Ausência de contrato entre CIC e os representantes comerciais no exterior	O contrato “padrão” para agentes externos já foi elaborado e alinhado com a diretoria comercial. Os mesmos já foram encaminhados aos agentes e estão em processo de regularização desde Fev/2018
Item 29 - Operações sujeitas ao cálculo dos preços de transferência	A Cia adotará procedimento de acompanhamento deste item a partir de 04/2018
Item 30 - Taxa Fiscal x Taxa Societária - Sem ajuste na apuração	Pronto já regularizado em 2018
Item 31 - Subcontas Lei 12.973 - Controle posterior a adoção inicial em Parte B	Pronto já regularizado em 2018
Item 32 - Pontos de melhoria no procedimento de inventário	A Administração promoverá revisão completa do procedimento de inventário até o final de 2018

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade



### 5.4. Programa de Integridade

A Companhia Industrial Cataguases (CIC) assumiu o compromisso de coibir e eliminar qualquer forma de corrupção, fraude ou atividade ilícita.

Acreditamos que podemos desenvolver e cultivar uma cultura ética e transparente entre todos os nossos colaboradores, terceiros e parceiros que se envolvem diretamente conosco nas mais diversas relações, por isso nos baseamos na integridade, pois quem a tem não se corrompe, cultiva a honestidade, o respeito e a solidariedade. A CIC busca fomentar para todos os seus públicos, internos e externos, uma atitude íntegra e um ambiente corporativo ético e transparente.

O Programa de Integridade CIC, envolve todos os colaboradores, fornecedores e parceiros em um comprometimento com a transparência, ética e combate à corrupção, com base na lei brasileira nº12.846/13 e o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (Decreto nº 8.420/2015), buscando a efetividade de medidas voltadas, principalmente, para a prevenção, detecção e remediação de atos lesivos contra a administração pública e entes privados.

Adotamos, praticamos e seguimos um Código de Conduta e Ética, além de Políticas Anticorrupção e de Brindes e Presentes, que devem, necessariamente, ser respeitados e seguidos por todos os colaboradores, fornecedores e parceiros.

Em Dezembro de 2017 o Conselho de Administração criou e elegeu um Comitê de Conduta composto por 05 (cinco) membros, indicados pela Diretoria Executiva, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, os quais gozarão de estabilidade em virtude da natureza do trabalho que realizam, cujas atribuições serão as elencadas a seguir, sem prejuízo de o mencionado órgão determinar outras atribuições em reunião convocada especificamente para esse fim:

- I. Avaliar as situações de descumprimento do Código para decisão das medidas a serem aplicadas, de acordo com o estabelecido no Capítulo Sexto deste instrumento.
- II. Envidar todos os esforços para que os objetivos deste Código sejam atingidos, observando-se os princípios e regras aqui dispostos.
- III. Traçar o planejamento e as diretrizes gerais de ação para cumprimento deste Código.
- IV. Criar, acompanhar e controlar procedimentos para prevenção de fraudes em procedimentos licitatórios em que a CIC por ventura venha a participar, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público.
- V. Revisar periodicamente este Código.
- VI. Analisar as situações não previstas neste Código.
- VII. Monitoramento contínuo junto às Chefias da aplicação deste Código.
- VIII. Avaliar as denúncias internas, realizando as averiguações e auditorias eventualmente necessárias até a decisão final.
- IX. Realizar auditorias e apurar irregularidades em contratos firmados pela CIC.
- X. Dar cumprimento e fazer cumprir as deliberações dos órgãos de administração da CIC.
- XI. Submeter relatórios de atividades e atas de reuniões, periodicamente, ao Conselho de Administração.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade



- XII. Definir os princípios éticos que serão acatados por todos os colaboradores, fazendo revisões periódicas dos mesmos.
- XIII. Divulgar, aplicar e fazer aplicar os preceitos éticos nas atividades de todos os colaboradores.
- XIV. Avaliar, investigar a veracidade da denúncia e decidir no menor tempo possível, considerando o limite de 30 (trinta) dias a partir das denúncias, sobre todos os casos que cheguem ao seu conhecimento, sobre o descumprimento dos preceitos éticos previstos ou não neste Código de Conduta.
- XV. Garantir sigilo ao denunciante, exceto nos casos de necessidade de testemunho judicial.
- XVI. Recomendar a Diretoria, por escrito, as providências a serem tomadas em casos que indiquem conflitos de interesse.
- XVII. Tratar todos os assuntos que sejam levados ao seu conhecimento dentro do mais absoluto sigilo, preservando os interesses e a imagem da CIC e dos colaboradores envolvidos.
- XVIII. Os participantes do Comitê também se submetem a este código de conduta.
- XIX. Os membros do Comitê serão escolhidos a cada 3 (três) anos, devendo ser amplamente divulgada a sua composição.

A CIC passa a contar com canais de denúncia de irregularidades e desvio das regras descritas neste Código, inclusive das Regras Específicas de Combate à Corrupção, através do e-mail [comitedeconduta@cataguases.com.br](mailto:comitedeconduta@cataguases.com.br) e no site: [www.cataguases.com.br/denuncia](http://www.cataguases.com.br/denuncia) totalmente imparcial e confidencial, devendo proteger a identidade de quem a utilizar, sendo que somente o Comitê de Conduta e a equipe que realizará as averiguações e auditorias necessárias, terão acesso às denúncias.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

Riscos relativos ao Brasil

O Governo Federal exerceu e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras, bem como a intervenção do Governo Federal nas áreas, podem afetar adversamente as atividades industriais. A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, por meio de modificações nas políticas monetária, de crédito e fiscal, entre outras. As medidas adotadas, no passado, pelo Governo Federal incluem, controle de salários e preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e estabelecimento de limites sobre a importação de mercadorias e serviços. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá vir a implementar no futuro. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais, poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: variação nas taxas de câmbio; inflação; taxas de juros; liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos; política fiscal e regime tributário; e medidas de cunho político, social e econômico que ocorram e possam afetar o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil.

Não temos como assegurar que o Governo Federal dará continuidade às políticas econômicas do governo anterior, nem que eventuais alterações que venham a ser implementadas não afetarão de maneira adversa, direta ou indiretamente, nossos negócios.

A inflação e as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente os resultados de nossas operações. Historicamente, as taxas de inflação no Brasil são muito elevadas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação têm incluído uma política de forte arrocho monetário com altas taxas de juros, restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para controlar a inflação e a especulação pública a respeito de possíveis medidas adicionais também poderão contribuir de forma significativa para a incerteza no Brasil e, conseqüentemente, reduzir a confiança do investidor no País, afetar adversamente o crescimento da economia brasileira e, portanto, provocar um impacto negativo sobre nossos negócios.

Futuras ações do Governo Federal, tais como a redução da taxa de juros, intervenções no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do Real, podem desencadear aumento da inflação, o que pode afetar adversamente os níveis de consumo no varejo. Nesse cenário, nossos fornecedores tenderiam a aumentar o preço de suas mercadorias para compensar futuros aumentos na inflação. Não podemos prever se teremos capacidade de repassar qualquer aumento dos custos das mercadorias aos nossos consumidores no futuro, nem se o impacto negativo desse aumento afetará adversamente nossos negócios.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e



### 5.6. Outras informações relevantes:

Não se aplica.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



### 10 Comentários dos diretores

#### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2017 se caracterizou pela retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico em geral. De acordo com o Banco Central, o nível de atividade econômica no país registrou crescimento de 1,04% em 2017, em comparação com 2016. Também de acordo com a Serasa Experian, a atividade econômica cresceu em 2017, superando o último biênio recessivo. Os recuos da inflação e da taxa de juros, as recuperações dos níveis de confiança de consumidores e empresários, aliados a uma melhor configuração da economia internacional, favoreceram a atividade econômica em 2017, superando dois anos consecutivos de recessão (quedas de 3,5% tanto em 2015 quanto em 2016).

No setor têxtil, após um período de crise devido ao momento econômico do país, a indústria começou a apresentar sinais de recuperação em 2017. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), além de 5% de crescimento na produção, o setor conseguiu avançar na geração de empregos, com saldo positivo de 16.000 postos de trabalho. Este crescimento foi nitidamente impulsionado pela recuperação do varejo de vestuário. O IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial) estima que o varejo de vestuário em 2017 tenha consolidado um crescimento de 8,1% sobre o ano anterior e 1,7% sobre 2015 no número de peças vendidas (cerca de 6,2 bilhões de peças), porém ainda 3,9% menor em relação a 2014, período pré-crise.

Em 2017, após sucessivos períodos sem seu corpo diretor completo, em maio foram eleitos novos diretores com a missão de retomar a posição de destaque da Companhia em seu mercado de atuação. A partir daí, diversas mudanças estruturais internas foram promovidas pela administração.

Foram revistos os modelos de representação comercial com objetivo de ampliar a cobertura, capilaridade e penetração de nossos produtos no mercado doméstico. Ainda, toda estrutura de atendimento ao mercado externo foi redesenhada, buscando a recuperação dos níveis de negócio. Além disso, a administração optou por liquidar estoques de produtos cujas vendas estavam represadas.

A Companhia também reduziu sensivelmente seu quadro geral de funcionários, como consequência destas mudanças estruturais, adequando seu quadro de mão de obra direta aos níveis de produção e vendas observados ao longo do ano. Foram necessárias também atualizações das expectativas de risco de contingência. Além disso, o Plano de Investimentos previstos para 2017 foi revisado e executado abaixo do originalmente previsto, porém em níveis suficientes a cumprir a retenção de lucros do exercício de 2016.

Apesar dos indicadores positivos da economia e do setor, tais mudanças estruturais se mostraram inexoravelmente necessárias à perpetuidade das operações ainda que trouxessem, como trouxeram, impactos negativos de curto prazo aos seus resultados econômicos. Desta forma, a administração se certificou da preservação da liquidez de caixa ao longo de todo período.

##### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

###### i. hipóteses de resgate

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****“ARTIGO 7º - (...)**

**Parágrafo único** – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

*ii. fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não há uma fórmula de cálculo do valor do resgate, de acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nos último 3 anos o índice DFL/EBITDA (controladora + controladas) é apresentado abaixo:

Indicador	2017	2016	2015
<b>*DFL/EBITDA</b>	-6,4	2,30	3,75

\*DFL= Dívida Financeira Líquida

A Companhia nos últimos anos tem reforçado a sua cobertura de caixa principalmente através de linhas de capital de giro, geração de caixa operacional e desmobilização de ativos não operacionais.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Atualmente a principal fonte de financiamento são linhas subsidiadas para atividade agrícola, linhas de tesouraria das instituições financeiras.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia pretende buscar linhas de capital de giro e investimentos preferencialmente subsidiadas, através de instituições financeiras repassadoras e linhas de capital de giro disponíveis nas instituições financeiras e FINIMP.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Empréstimos e financiamentos****Controladora e Consolidado**

	<b>Moeda</b>	<b>Taxa de juros (ao ano)</b>	<b>Venc.</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
FINIMP	USD	Juros de 4,72% + Comissão de 1,72%	2017		773
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	16.767	18.970
ACC	USD	4,35% a 4,65% + Comissão de 3%	2018	8.602	10.492
Resolução 4131	USD	2,65% a 2,70% + comissão (1,8% a 1,9%)	2018	5.523	
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,90% a 5,75%	2019	8.624	22.613
FGPP	R\$	9,02% a 11,25%	2018	7.894	7.404
BNDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	173	
BNDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	2.164	2.793
CCB	R\$	Selic + 4,5%	2020	3.517	
CCB	R\$	CDI + juros de 5%	2021	7.065	
<b>TOTAL GERAL:</b>				<u>60.329</u>	<u>63.045</u>
<b>Circulante:</b>				44.282	44.818
<b>Não circulante:</b>				16.047	18.227

*ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia mantém com algumas instituições financeiras, contratos de prestação de serviços bancários e instrumentos de garantias.

A Companhia implantou ao longo do ano iniciativas para otimizar o capital não oneroso. Tais iniciativas permitiram uma redução importante de seu Ciclo Financeiro e consequente redução de seu endividamento.

**g. grau de subordinação entre as dívidas** (Não se aplica).**f. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia Industrial Cataguases tem como balizador seu Estatuto Social, onde são deliberadas alçadas e competências. Atualmente temos contratos de empréstimos e financiamento com cláusulas restritivas de Covenants junto a algumas instituições financeiras.

**i. limites de utilização dos financiamentos já contratados** (Não se aplica)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****j. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Ativo Circulante:**

- **Estoques:** redução de 9,04% no nível de estoque;
- **Caixa e Equivalente de Caixa:** redução de 15% devido principalmente a redução do endividamento da Companhia.

**Ativo Não Circulante:** Não houve alteração significativa

**Passivo Circulante:**

- **Obrigações Tributárias:** aumento de 128% em decorrência principalmente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

**Passivo Não Circulante:**

- **Partes Relacionadas:** baixa do mútuo firmado com a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. mediante a redução do capital social da controlada.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



### 10.2 Os diretores devem comentar

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

O prejuízo apurado em 2017 foi de R\$ 11.059 mil frente a R\$ 1.685 mil de lucro líquido apurado em 2016.

A receita operacional da Companhia é composta principalmente pela venda de tecidos 100% algodão, de tecidos com composições diversas e artigos confeccionados de moda.

##### ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A Companhia teve seu resultado operacional afetado principalmente por constituição de provisões trabalhistas, provisões para possível perda do estoque e venda de energia elétrica.

#### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu ações importantes que impactaram negativamente o resultado, porém essas medidas priorizaram a geração e preservação do caixa. Dentre todas destaca-se a liquidação dos estoques de produtos fora da coleção represados.

As vendas de tecido em 2017 consolidaram 17,5 milhões de metros lineares, volume este semelhante ao ano de 2016. As vendas de peças confeccionadas consolidaram 1,2 milhões, representando uma redução de 17,2% ante ao ano anterior.

#### c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro foi impactado de forma positiva basicamente em virtude do benefício financeiro pela adesão da Companhia ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

O EBITDA Ajustado do exercício de 2017 foi negativo em R\$ 5.192 mil, 138,37% menor em relação ao ano anterior. O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional** (Não se aplica).
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária** (Não se aplica).
- c. eventos ou operações não usuais:**

No exercício de 2017 a Companhia cedeu créditos de excedente de energia elétrica contratados no montante de R\$ 5.719 mil.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Os Diretores devem comentar sobre:**

- a. **As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).**
- a. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não há ressalvas, ênfases, nem limitações de escopo no parecer auditor independente.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

**(a) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

**(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)**

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

### (c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

### (d) Capital Social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



### (e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### (f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### (g) Imobilizado

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### (ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### (iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****COMPANHIA INDUSTRIAL  
CATAGUASES®**

cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Anos</u>
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



### (h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

### (i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

### (j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### (k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### (i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



### (ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### (l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

### (m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### (n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

### (o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### (p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

### **(q) Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

### **(r) Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **(s) Propriedade para investimento**

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

### **(t) Subvenção governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

### **(u) Instrumentos financeiros**

#### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas



ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

### **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

COMPANHIA INDUSTRIAL  
**CATAGUASES®**

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro**

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.7. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor (Não se aplica).
- b. natureza e o propósito da operação (Não se aplica).
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação (Não se aplica).

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios



### 10.08. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

#### a. investimentos, incluindo:

##### *i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

A Companhia executou projetos de investimentos, aplicando em 2017 recursos no valor de R\$ 2,32 milhões. O valor retido de lucros para investimento do exercício de 2016 foi de R\$ 2,13 milhões. Para o próximo exercício, além dos projetos aprovados em 2017 e não concluídos ou prorrogados para 2018, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 13.016 mil, em projetos de melhoria de competitividade e manutenção da capacidade produtiva instalada, entre outros.

##### *ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2018, além de utilizar de recursos próprios.

##### *iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

#### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor (Não se aplica).

#### c. novos produtos e serviços: (Não se aplica)

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



**10.09 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não se aplica.